

A DESREGULAÇÃO AMBIENTAL E A DINÂMICA DOS CONFLITOS URBANOS: O CASO DA MINERAÇÃO MINAS-RIO

Marcos Cristiano Zucarelli
PPGAN/UFMG
mczucarelli@yaho.com.br

Ana Flávia Moreira Santos
DAA/UFMG
anaflaviam.santos@gmail.com

1. Introdução

Um dos maiores empreendimentos minerários recentemente implantado no Brasil, o Projeto Minas-Rio Mineração e Logística Ltda., do grupo britânico Anglo American, possui três grandes estruturas integradas: (1) a mina de exploração do minério de ferro e a planta de beneficiamento e enriquecimento desse minério, nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, em Minas Gerais; (2) o mineroduto de 525 km de extensão que trespassa 33 municípios, sendo 26 mineiros e 7 fluminenses; (3) e o porto marítimo construído no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro.¹

O projeto em questão constitui não apenas um exemplo do avanço da frente minerária no Estado de Minas Gerais, como também apresenta características que responde à atual conjuntura global. A elevação dos preços das commodities minerais nos últimos anos se associa ao crescimento da demanda global e à redução das melhores reservas, favorecendo, segundo Malerba (2012) e Milanez (2012), ao processo de globalização da produção. Nesse contexto, países com reservas importantes, como o Brasil, passam a se destacar como fornecedores globais; empresas ampliam e diversificam especialmente suas atividades em busca das melhores reservas e de estratégias para o transporte de bens minerais por longas distâncias (Milanez, 2012).

¹ Este *paper* é fruto do projeto de pesquisa “Cidade e Alteridade”, coordenado pela professora Miracy Gustin (UFMG). Contou ainda com a colaboração de pesquisadores do GESTA/UFMG. Maiores detalhes sobre a pesquisa verificar Gustin, 2013.

O processo de licenciamento ambiental do complexo minerário Minas-Rio, iniciado em janeiro de 2006 pela empresa MMX,² apesar de ser um projeto integrado, passou por um processo de licenciamento em três esferas. O mineroduto foi avaliado pelo órgão federal - IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). O Porto do Açú, localizado em São João da Barra-RJ, destino do minério transportado pelo mineroduto, foi licenciado pelo órgão ambiental do Rio de Janeiro - INEA (Instituto Estadual do Ambiente). Já os licenciamentos da linha de transmissão, da captação de água e da mina de minério de ferro a ser explorado, foram avaliados pela Unidade Regional Colegiada (URC) Jequitinhonha, integrada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad). Os efeitos da fragmentação do licenciamento reverberaram em inúmeras denúncias de descumprimento da legislação ambiental e violação de direitos.

Para além dos problemas socioambientais do projeto, principalmente à população diretamente atingida, o presente trabalho visa refletir algumas estratégias de viabilização do empreendimento e as mudanças impostas às relações tradicionalmente estabelecidas pelos grupos sociais com o território, seja pelos danos ambientais provocados, ou pelo afluxo populacional à cidade e circunrregião, com efeitos diversos sobre o cotidiano dos moradores. Para tanto, buscou-se em fontes secundárias e primárias, em entrevistas qualitativas com representantes de grupos locais, da Polícia Civil e Militar de Minas Gerais, além das secretarias municipais de Conceição do Mato Dentro,³ elementos que subsidiassem uma análise longitudinal comparativa das características socioeconômicas em contextos anteriores e posteriores ao início da atividade minerária no município.

2. O processo de licenciamento

A mencionada fragmentação do licenciamento foi questionada por Ação Civil Pública interposta pela Procuradoria da República de Minas Gerais, em agosto de 2009. O fato de se iniciar o licenciamento pelo mineroduto, obra que sozinha não teria qualquer sentido, transformava as outras duas em imprescindíveis e aumentava ainda mais a pressão pela concessão das licenças às demais infraestruturas do complexo. No entanto, o pedido de suspensão do licenciamento em caráter liminar foi negado pela Justiça Federal. Estratégia frequente no licenciamento de grandes empreendimentos, o desmembramento costuma não só

² Posteriormente o projeto passou para a empresa Anglo Ferrous e finalmente para a Anglo American.

³ Foram entrevistados os secretários municipais das pastas de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Educação, Meio Ambiente e Saúde.

acarretar o subdimensionamento dos impactos globais de um projeto, como reforça o cenário da inexorabilidade de sua implementação. Afinal, de que valeria um mineroduto, sem uma mina para a captação do minério?

No caso do licenciamento relativo à mina de exploração de ferro, o pedido de Licença Prévia foi formalizado em setembro de 2007 (Siam, 2013), portanto, um mês após a concessão, pelo IBAMA, da licença prévia ao Mineroduto Minas-Rio (Ibama, 2007).

A população local expressou sua posição em documentos e manifestações na audiência pública que antecedeu a concessão da licença prévia. A questão fundamental – a arguição do juízo de viabilidade socioambiental do empreendimento, situado no interior da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço e no curso da Estrada Real – foi levantada pelos moradores locais e corroborada posteriormente pelo Parecer Único emitido por técnicos da Superintendência Regional de Regularização Ambiental - SUPRAM (Sisema, 2008a, p.244). Não obstante, a conclusão procedeu pela viabilidade do empreendimento.

O Adendo ao Parecer Único SISEMA nº. 001/2008, elaborado em resposta aos questionamentos mencionados, exemplifica a lógica do paradigma da adequação ambiental (Zhouri, Laschefski & Paiva, 2005) que flexibiliza, inclusive, avaliações constantes no próprio Parecer do órgão estadual que subsidia tecnicamente as concessões das licenças ambientais.⁴ Assim, a Licença Prévia ao Projeto Minas-Rio foi concedida em dezembro de 2008, com centenas de condicionantes e com o adiamento, para a fase seguinte do licenciamento, de estudos e informações cruciais à própria formação do juízo de viabilidade ambiental do empreendimento (Sisema, 2008b).

A concessão da licença prévia, nos termos em que ela ocorreu, desencadeou danos irreversíveis, consubstanciando um quadro de múltiplos e complexos fatores cuja combinação ou concorrência ainda não foi deslindada. Não por acaso, a continuidade do licenciamento se daria por uma nova fragmentação, desta feita, o desdobramento da licença de instalação em duas fases distintas, “LI Fase 1” e “LI Fase 2”. Mesmo diante da impossibilidade de cumprir (acompanhar e fiscalizar) tão numerosas e complexas condicionantes, dentro de um cronograma delimitado pelas urgências do próprio empreendedor, as licenças ambientais foram concedidas ao projeto

⁴ Segundo os autores, nesse paradigma ambiente e sociedade se tornam externalidades a serem “gerenciadas” e “adequadas” ao projeto de desenvolvimento. Medidas condicionantes (mitigadoras e compensatórias) funcionam como dispositivos fundamentais nessa adequação, operando a flexibilização de princípios de direito e normas legais e garantindo a continuidade dos processos de licenciamento. O licenciamento perde a sua principal função – a de avaliar a viabilidade socioambiental de um empreendimento (Zhouri, Laschefski & Paiva, 2005: 99-100).

A aprovação da primeira Licença de Instalação ocorreria exatamente um ano após a concessão da Licença Prévia, em dezembro de 2009. A segunda, em dezembro de 2010. Nenhuma dessas etapas assistiu ao cumprimento do conjunto das condicionantes estabelecidas na LP; ao contrário, novos prazos e novas condicionantes foram agregados ao processo, e os anos de 2009 e 2010 se caracterizaram pela agudização do quadro socioambiental em Conceição do Mato Dentro, devido à indefinição da situação dos atingidos e ao aprofundamento dos impactos provocados pelo início das obras de instalação da mina e pelo avanço das obras do mineroduto.

Conforme demonstram Becker & Pereira (2011), enquanto os impactos se agravavam, atingindo um contingente populacional cada vez mais amplo, a empreendedora acionava dispositivos burocráticos e técnicos para evitar o reconhecimento dos danos e dos atingidos, em sua totalidade. A inoperância das medidas protetivas que, por mediação das diversas instâncias do Estado, foram sequencialmente incorporadas ao licenciamento, sugere que sua principal eficácia consistiu na produção de efeitos de verdade (Foucault, 1999, p.29), em momentos críticos para o avanço do próprio processo.

3. Impactos da mineração nas diversas esferas da sociedade

Nas entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, em julho de 2013, foram relatadas situações atípicas do cotidiano dos moradores de Conceição do Mato Dentro, devido ao efetivo de trabalhadores que começaram a chegar ao município, principalmente a partir de 2008. De maneira geral, além da degradação dos rios e da paisagem, foram descritas situações de aumento do trânsito na cidade e nas estradas vicinais; muita poeira e sujeira nas ruas; aumento da criminalidade;⁵ prostituição; assédio às jovens locais; consumo de drogas; elevação no custo de vida; maior procura por atendimento em todas as áreas de saúde; aumento na produção de lixo;⁶ déficit habitacional e consequente aumento nos valores dos imóveis e dos aluguéis, dentre outras demandas sobre serviços e equipamentos públicos.

Apesar dos efeitos sobre o município se iniciarem ainda em fases de especulação da chegada de um empreendimento deste porte, é interessante notar que, além dos relatos coletados, os dados secundários de fontes oficiais reforçam “um marco inicial” das principais mudanças ocorridas em Conceição do Mato Dentro. O projeto do mineroduto Minas-Rio

⁵ No período em que se realizava o trabalho de campo – Julho de 2013 – houve um assalto à mão armada ao Banco do Brasil, inclusive com sequestro de reféns.

⁶ Conforme relato do Secretário de Meio Ambiente de Conceição do Mato Dentro, antes o município dispunha de um aterro controlado e provisório, administrado pela Prefeitura. “Com a chegada da mineração, não há mais coleta controlada, o aterro virou um lixão que quadruplicou a quantidade de lixo produzido” (Entrevista em Julho de 2013).

recebeu a licença de instalação pelo IBAMA em março de 2008. É justamente nesta fase que a empresa recebe autorização para iniciar a construção dos canteiros de obras, dos pátios de tubos e acesso à área industrial inicial do empreendimento, e que dá-se início o processo de chegada dos primeiros trabalhadores na região. No caso da mina de exploração do minério de ferro, a chegada mais intensa dos trabalhadores que atuariam nesta obra aconteceu após a concessão da primeira licença de instalação (LI1), em dezembro de 2009. A partir desta data, a empresa Anglo American terceirizou a contratação de um grande contingente de trabalhadores, que passou a se alojar, principalmente, no município de Conceição do Mato Dentro e a transformar o cotidiano dos moradores locais. Conforme informações levantadas no trabalho de campo, esse novo contingente varia entre seis e oito mil trabalhadores, contratados por mais de 80 empresas terceirizadas que passaram a atuar junto à Anglo American somente em Conceição do Mato Dentro (Entrevistas realizadas em Julho de 2013). Este contingente representa mais do que a própria população de homens adultos do município, pois, conforme dados do Censo, em 2010 haviam 5.569 moradores do sexo masculino com 20 anos ou mais de idade (Ibge, 2010).

3.1. Impactos no setor habitacional

A atração de novas pessoas para o município de Conceição do Mato Dentro não se resume aos contratados, mas também, àqueles que criam a expectativa da abertura de novos empregos voltados para atender as demandas da mineração. O acréscimo populacional tem provocado uma gama de impactos diferenciados sobre o cotidiano dos moradores e sobre os serviços e equipamentos públicos municipais.

Apesar da construção de alojamentos para aqueles que se efetivaram em algumas empresas terceirizadas pela Anglo American, tem-se uma população contratada e atraída superior à oferta de habitações disponíveis no município. Conforme estudo da PMMG:

O grande fluxo de pessoas para a sede do Município de Conceição do Mato Dentro também causou uma ‘bolha imobiliária’ nos imóveis urbanos. O valor médio de um lote nas áreas periféricas de Conceição do Mato Dentro é de R\$80.000,00. Os poucos imóveis disponíveis na sede do Município têm o valor do aluguel mensal acima de R\$1.500,00, segundo a Portal [única empresa do setor no Município na área de locação, compra e venda de imóveis] (PMMG, 2012, p.20).

Neste contexto, a lógica da oferta e demanda ditou o acréscimo astronômico nos preços dos imóveis e de aluguéis na cidade. Conforme relatos coletados em Julho de 2013, antes da chegada da mineração, uma casa de três quartos era alugada por um salário mínimo, atualmente, a mesma casa não sai por menos de seis salários mínimos.

A consequência desta alta nos preços dos imóveis já pode ser averiguada no crescimento desordenado da área urbana municipal. Segundo o representante da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, existem quatro novos loteamentos na cidade: sendo um em construção, dois estabelecidos de forma legal (Jardim Bouganville e Boa Vista) e um irregular. Em relação ao loteamento irregular, a secretaria informou que cerca de 600 famílias estão morando de forma precária, algumas em barracas de lona e de madeira, sem acesso à água e energia elétrica. Para evitar novas invasões a prefeitura autorizou e disponibilizou vigias para a permanência em tempo integral no local, no intuito de coibir a chegada de novas famílias ou a construção de novas casas.

Nas entrevistas realizadas neste loteamento irregular, no bairro conhecido como Barro Vermelho, no dia 10 de Julho de 2013, representantes dos moradores locais informaram que as famílias da ocupação são compostas, em sua maioria, por moradores de Conceição do Mato Dentro que não conseguiam mais pagar o aluguel na cidade, devido à alta dos preços dos imóveis. Assim, foram forçados a buscar uma alternativa mais econômica e, talvez, esperançosamente definitiva. A ocupação também possui famílias que vieram de outros municípios (de outros Estados, inclusive) com a expectativa de encontrar em Conceição do Mato Dentro uma nova oportunidade de vida, dada a promessa da geração de empregos proferida pelo setor minerário.

Conforme o relato dos moradores, a ameaça de despejo é constante, pois, a prefeitura realiza investidas contra as famílias, com processos de desocupação através da intimidação: arrancando estacas, cortando arames, derrubando as paredes de madeira de algumas casas e transportando todo o material apreendido em caminhões da prefeitura. Há ainda casos de uso da força física por parte dos agentes nestas operações, inclusive com registros em boletins de ocorrência da Polícia Militar.

Outra ameaça, que segundo os moradores pode inviabilizar a legalização de suas residências nesta área, é a construção, nas proximidades da ocupação (Jardim Bouganville), de um condomínio residencial construído pela Anglo American para seus futuros funcionários. Sendo assim, essas famílias correm o risco de serem duplamente atingidas, em virtude das consequências trazidas pela instalação da mineração no município: uma, pela valorização imobiliária e a inviabilidade dessas famílias pagarem o aluguel inflacionado na cidade; e a outra, através de um processo de regularização urbana que pode não ser concretizado para elas, mas, pode ser para a empresa minerária.

3.2. Impactos no setor da saúde

Mesmo com o município de Conceição do Mato Dentro seguindo a tendência da maioria das cidades brasileiras de queda na taxa de natalidade, quando se detalha o número de nascimentos de crianças vivas por estado civil das mães, verifica-se que esta tendência se perpetua somente entre as mães casadas, enquanto a mesma tendência não é averiguada no percentual de crianças nascidas de mães solteiras, que, inclusive, ultrapassa o número de filhos das mães casadas em 2006, ampliando essa diferença em quase 20% a partir de 2008.

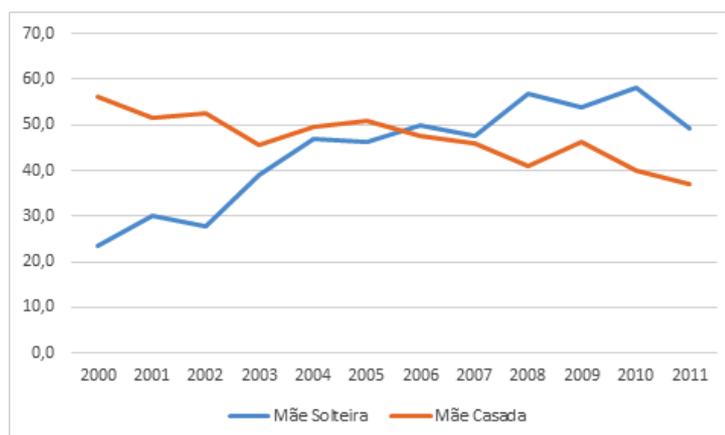


Figura 1 – Comparação entre o percentual de nascimentos de crianças vivas entre mães solteiras e casadas. Conceição do Mato Dentro, 2000 a 2011. Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC, 2013.

É relevante salientar que essa nova configuração tem correlação com o número de mães adolescentes. Dentre os números de nascimentos de crianças vivas, contados segundo o local de residência da mãe, observa-se uma representatividade considerável no percentual de mães na faixa dos 15 a 19 anos de idade, principalmente a partir de 2009, em comparação com outras faixas de idade mais comuns para as mulheres de Conceição do Mato Dentro se tornarem mães.

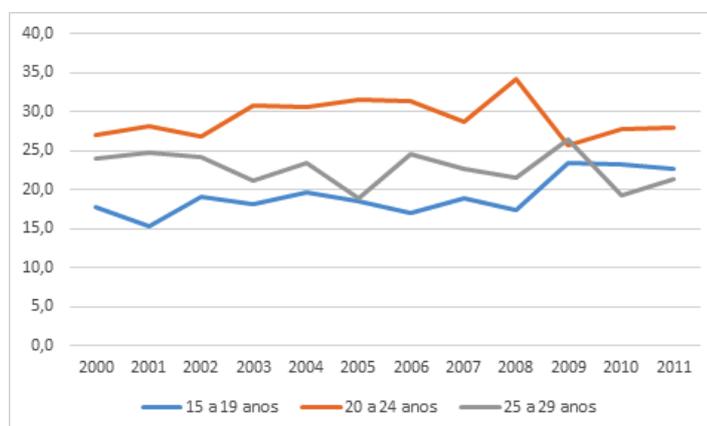


Figura 2 – Porcentagem de nascimentos por faixa etária da mãe. Conceição do Mato Dentro, 2000 a 2011. Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC, 2013.

O acréscimo do percentual de mães adolescentes em Conceição do Mato Dentro contrasta com as tendências estaduais e nacional apontadas pelo Ministério da Saúde, que, ao contrário, apresentaram um decréscimo no percentual de mães adolescentes e um aumento no percentual de nascimentos de crianças vivas, principalmente no grupo de mulheres de maior idade, como se pode visualizar na figura adiante.

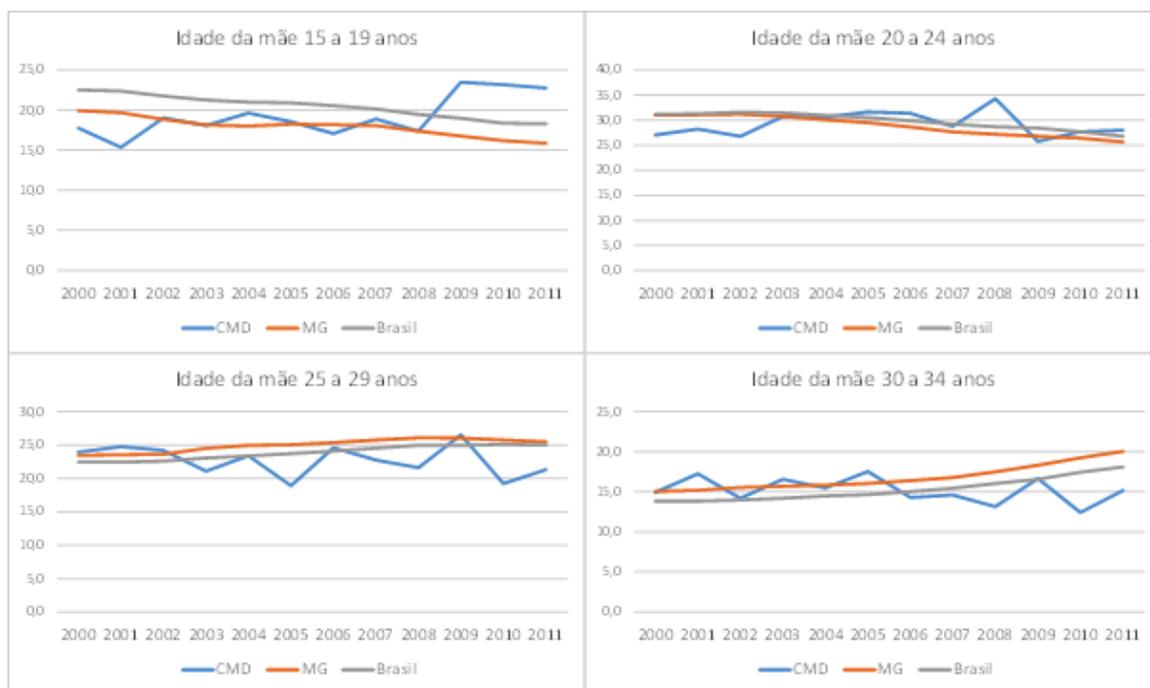


Figura 3 – Porcentagem de nascimentos por faixa etária da mãe. Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais e Brasil. 2000 a 2011. Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC, 2013.

Weber (2002) já indicava que para se entender a estrutura social e os processos constituintes desta estruturação é fundamental a observação e a análise do contexto de interação social. Dessa maneira, pode-se pensar o cenário de aumento crescente de adolescentes grávidas como uma situação típica de cidades de pequeno porte que recebem projetos de infraestrutura de grande escala. A população contratada para o projeto de mineração Minas-Rio, assim como é comum em outros grandes empreendimentos, proporciona uma distorção demográfica em virtude da concentração maciça de homens que se estabelece no município. Força de trabalho itinerante, recrutada de todas as partes do Brasil, principalmente nordestinos, que são alojados em pequenas vilas ou acomodados em repúblicas nas cidades próximas aos canteiros de obras (Ribeiro, 2000).

Tal como preconiza Parry Scott: “Estes homens precisam ser alojados em algum local, saem para se divertir, buscam sexo e buscam parceiras, e, como forasteiros, são de famílias distantes cuja real ou imaginada existência (ou inexistência) e tipo de vínculo são enigmáticas” (2012, p.7). Como averiguado no trabalho de campo em julho de 2013, os pais e

parentes mais próximos reforçam a vigilância e traçam estratégias de proteção às filhas, como por exemplo acompanhá-las no trajeto para a escola ou trabalho, mas, nem sempre são bem sucedidos. Assim como ocorre em outros municípios que recebem novos empreendimentos, as jovens são seduzidas pelos trabalhadores recém chegados e, “em um ambiente de muita promessa e expectativa” (Scott, 2012, p.12), se engravidam e são abandonadas posteriormente. Em Conceição do Mato Dentro não é diferente, como chama a atenção a reportagem do Jornal O Tempo, intitulada: “Os ‘órfãos’ do progresso: jovens mães embalam bebês de trabalhadores que somem após obras”.⁷

Mesmo com a expectativa antecipada de um aumento na demanda pelos serviços nos setores da saúde, os poderes públicos municipais e estaduais não viabilizaram uma estruturação mínima de atendimento, capaz de “amenizar” os efeitos perversos da chegada de um contingente populacional tão expressivo. No caso de Conceição do Mato Dentro, por exemplo, o único estabelecimento de saúde que se ampliou foram os consultórios médicos particulares.⁸

Em entrevista com a representante da Secretaria Municipal de Saúde, ficou confirmado que a demanda por atendimento cresceu vertiginosamente. Para a Secretária Municipal, há um impacto crescente em todas as áreas da saúde: médicos, medicamentos, setor hospitalar, farmácia e imunização. Houve aumento no número de internações, nas demandas ao PSF (Programa Saúde da Família), aos medicamentos disponibilizados pela farmácia e aos procedimentos de vacinação (Entrevista realizada em julho de 2013).

Ao pesquisar os dados disponíveis pelo Ministério da Saúde, percebe-se que o município realmente enfrenta a nova demanda com a mesma infraestrutura e equipes que existiam antes do licenciamento da mineração. A quantidade de leitos de internação em Conceição do Mato Dentro, por exemplo, são os mesmos 42 desde 2005. Da mesma forma, a aquisição de novos equipamentos utilizados nos procedimentos da área de saúde ocorreu timidamente, com exceção dos equipamentos de diagnóstico por imagem, por métodos gráficos e de odontologia. Não obstante, há um aumento na demanda por determinadas especialidades da saúde, como nos atendimentos médicos e de enfermagem para acompanhamento do pré-natal, DST, AIDS, acidentes de trabalho, dentre outras.⁹

3.3. Impactos no setor da segurança

⁷ Jornal O Tempo. Os ‘órfãos’ do progresso: jovens mães embalam bebês de trabalhadores que somem após obras. Caderno de Economia. Publicado em 28 de Julho de 2013.

⁸ Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES, 2013.

⁹ Ministério da Saúde - Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB, 2012.

De acordo com as entrevistas realizadas com os representantes da Polícia Civil e Militar de Minas Gerais que atuam em Conceição do Mato Dentro, o aumento significativo da criminalidade tem relação direta com a chegada das atividades de mineração no município. Essas atividades trouxeram, além dos milhares de funcionários contratados pela Anglo American e pelas empresas terceirizadas, mais dinheiro para a economia local e maior circulação de outras pessoas atraídas pelas obras e pela movimentação financeira. “Em dia de pagamento a cidade fica muito cheia, os bancos ficam com filas enormes” (Entrevista com representante da PMMG, Julho 2013). Conseqüentemente, segundo o relato dos policiais, junto com esse movimento observou-se um aumento do número de crimes, principalmente, àqueles que se relacionam com o tráfico de drogas, assaltos à mão armada aos comércios e residências, violência contra a mulher e crimes de trânsito (Entrevistas realizadas em Julho de 2013).

Os dados coletados junto à Polícia Civil e Militar de Minas Gerais são ilustrativos dos problemas denunciados. Na figura seguinte, tem-se o número de crimes, no geral, ocorridos em Conceição do Mato Dentro no período entre 2001 e 2012.

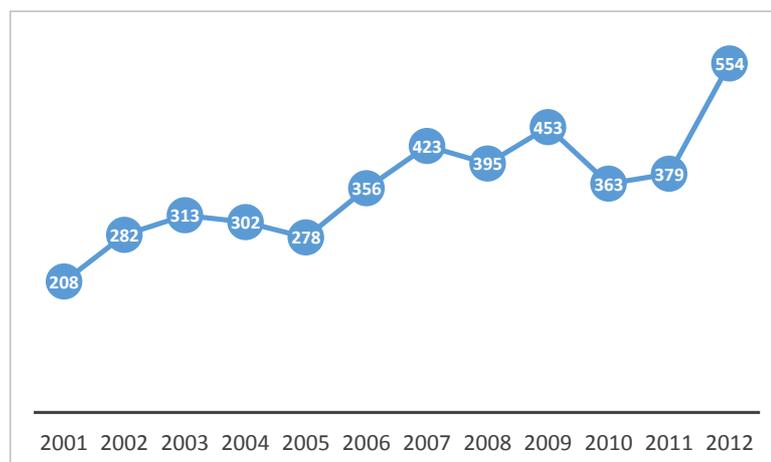


Figura 4 – Número de crimes de toda natureza ocorridos em Conceição do Mato Dentro, 2001 a 2012. Fonte: PMMG, 2013.

Quando se detalha a natureza dos crimes, é possível constatar a incidência daqueles que foram indicados pelos policiais com maior crescimento no município. No caso dos crimes relacionados aos entorpecentes, desde posse, aquisição, guarda, tráfico etc., os dados demonstram um incremento, principalmente, em 2009.

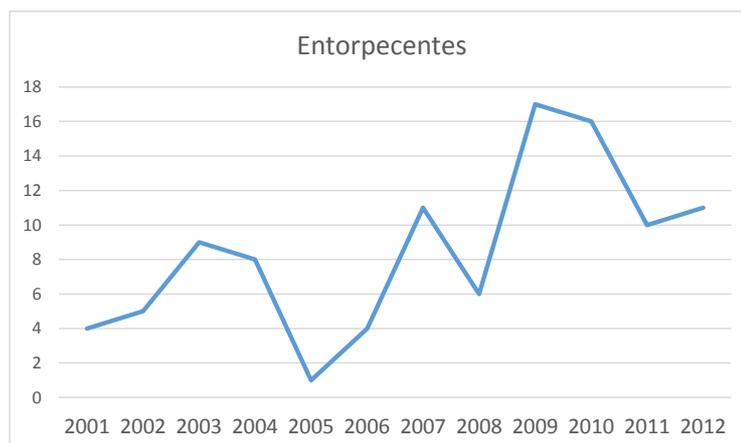


Figura 5 – Número de crimes relacionados às drogas, ocorridos em Conceição do Mato Dentro, 2001 a 2012. Fonte: PMMG, 2013.

Pelos relatos coletados, atualmente não é difícil comprar drogas no município e, pode-se dizer, que a “clientela” aumentou consideravelmente com a chegada da mineração. Não só pelo fato do número maior de pessoas circulando pela cidade, mas, também, pelas condições de trabalho e de habitação dos operários que acabam recorrendo ao uso de álcool e de outras drogas ilícitas para amenizar o desgaste físico e mental. Para um dos policiais entrevistados:

Os alojamentos dos trabalhadores estão em condições insalubres. Em um espaço pequeno, há 2 camas de beliches e a telha é de amianto. Estas condições de vida contribuem para a pessoa querer usar droga [...] Foi somente em 2012 que as empresas fizeram uma quadra para os trabalhadores (Entrevista com representante da Polícia Civil, Julho 2013).

Essa correlação pode ser considerada uma vez que existem alguns estudos que abordam a relação do tipo de trabalho e o uso de álcool e de outras drogas ilícitas. Para Fonseca (2007: 601):

[...] há uma grande frequência de casos (individuais) de alcoolismo observada em ocupações [...] de trabalho monótono em que a pessoa trabalha em isolamento do convívio humano (vigias) e situações de trabalho que envolvem afastamento prolongado do lar (viagens frequentes, plataformas marítimas, zonas de mineração).

Em três de julho de 2013, um dos alojamentos utilizados por operários de uma empresa terceirizada, que presta serviços à Anglo American, foi incendiado por iniciativa dos próprios trabalhadores que reivindicavam melhorias salariais, de alimentação e de salubridade.



Figura 6 – Fogo no alojamento da Montcalm, em Conceição do Mato Dentro. Fonte: SILVA, Marcelo. Publicado em 03/07/2013. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=yRdxEkUc9MQ>>. Acesso em 27 set. 2013.

É importante destacar que em novembro de 2013 a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais (SRTE/MG) resgatou 172 trabalhadores encontrados em condições de trabalho análogas a de escravo, vítimas do tráfico de pessoas e submetidas a condições degradantes de alojamento, no município de Conceição do Mato Dentro, dentre elas, 100 eram haitianos (Ministério do Trabalho, Portal Brasil, 2013). Em abril de 2014 nova ação de fiscais do Ministério do Trabalho (MTE) encontrou mais 185 trabalhadores nas mesmas condições, o que levou o MTE a autuar a Anglo American e outras três empresas contratadas.¹⁰

Enfim, como visualizado anteriormente na figura 5, os problemas relacionados às drogas cresceram vertiginosamente no município. Com o aumento do tráfico de entorpecentes os policiais se esforçam para tentar coibir a prática e os desdobramentos que ela proporciona. “O tráfico de drogas não havia matado em 2010. Este ano [2013] já morreram três. De 2009 pra cá, foram presos mais de 60 traficantes” (Entrevista com representante da Polícia Civil, Julho 2013).

Assim como o tráfico, observa-se a proliferação de outras naturezas de crimes ocorridos em Conceição do Mato Dentro. A figura seguinte ilustra o aumento da taxa de crimes violentos ocorridos no município.

¹⁰ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/04/1445055-gigante-da-mineracao-e-autuada-por-trabalho-analogo-a-escravidao-em-mg.shtml>. 2014.



Figura 7 – Taxa de crimes violentos em Conceição do Mato Dentro. Fonte: Datagerais. Fundação João Pinheiro, 2013.

Os crimes de trânsito também se intensificaram em Conceição do Mato Dentro, principalmente, a partir de 2010. Os crimes mais comuns dessa natureza são: abalroamento com vítima, atropelamento, capotamento, colisão, omissão de socorro, conduzir veículo sob influência de álcool ou outras substâncias e a falta de habilitação/permissão para dirigir.

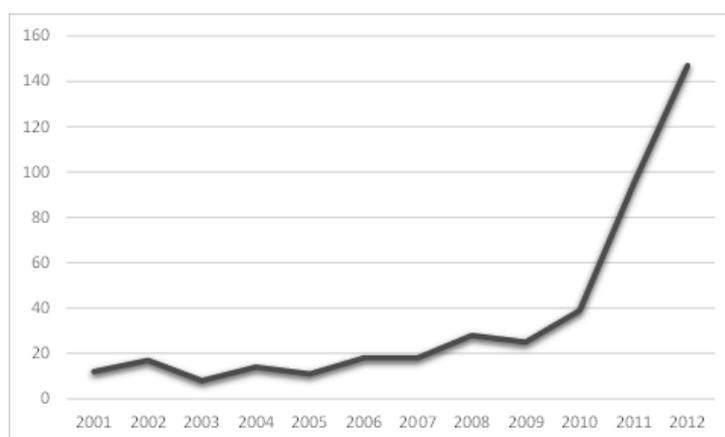


Figura 8 – Quantidade de crimes relacionados ao trânsito em Conceição do Mato Dentro, 2001 a 2012. Fonte: PMMG, 2013.

O aumento da frota de veículos no município tem relação direta com a mineração. Conforme depoimento coletado, os crimes de trânsito são cometidos, principalmente, por funcionários que trabalham para a Anglo American. A grande maioria é presa por dirigir alcoolizado ou por falta de habilitação (Entrevista com representante da Polícia Civil, Julho 2013). Alguns relatos de moradores locais confirmam que as “caminhonetes da empresa” andam em alta velocidade, colocando em risco a vida dos transeuntes e de outros motoristas. Nas localidades do Beco e de Água Quente, por exemplo, foram mencionados acidentes que ocorreram nas estradas vicinais, envolvendo moradores de motocicletas e os carros da empresa (Entrevistas com moradores locais, Julho de 2013).

Outro tipo de crime que tem chamado a atenção é a violência contra a mulher. De acordo com o estudo da PMMG:

[...] a diferença no número de homens e mulheres que antes do empreendimento era ínfima e equilibrada, agora sofreu um descompasso terrível: o número de homens tornou-se maior que o número de mulheres. Talvez o fenômeno possa explicar o aumento de separações e conseqüentemente o aumento expressivo dos casos de violência doméstica contra a mulher (PMMG, 2012, p.22).

Não foi possível resgatar dados anteriores ao ano de 2010, mas, de acordo com os registros de entradas na Polícia Civil, a partir de 2010 houve o aumento de denúncias de violência contra a mulher em Conceição do Mato Dentro, via Lei Maria da Penha.

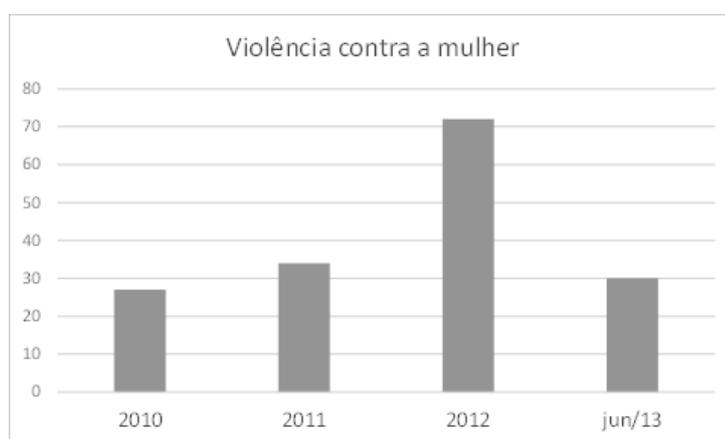


Figura 9 – Número de denúncias via Lei Maria da Penha, em Conceição do Mato Dentro, 2010 a 2013. Fonte: Polícia Civil de Minas Gerais, 2013.

Além do aumento da criminalidade, como demonstrado neste item, existe o problema da falta de infraestrutura e de pessoal suficiente para atender a demanda crescente do município. Nas entrevistas realizadas com representantes das Polícias Civil e Militar, ficou evidente a redução no quadro de funcionários e a necessidade de reformulação deste frente aos novos acontecimentos.

O efetivo da polícia caiu ao longo do tempo. Em 2003, 2005, havia 25 policiais. Atualmente há 15 policiais atuando no município. [...] Nenhum policial tem interesse em vir para Conceição do Mato Dentro, tudo está muito caro. Antes se pagava 250 reais de aluguel, agora se paga R\$ 2.500 pela mesma casa (Entrevista com representante da Polícia Militar de Minas Gerais, Julho de 2013).

Enquanto o efetivo dos policiais militares diminuiu com a chegada da mineração, o número de policiais civis não sofreu alteração, todavia, a especulação imobiliária na cidade, tal como relatado no item 4.1, os afeta da mesma maneira. De acordo com as informações coletadas no trabalho de campo, oito policiais civis foram despejados de suas casas porque não conseguiram pagar os reajustes nos valores dos aluguéis (Entrevista com representante da

Polícia Civil de Minas Gerais, Julho de 2013). No caso dos policiais militares: “a maioria mora em área de risco” (Entrevista com representante da Polícia Militar de Minas Gerais, Julho de 2013).

4. Considerações finais

Ao longo do trabalho, buscou-se apresentar as principais mudanças ocorridas no contexto urbano de Conceição do Mato Dentro, frente as atividades de mineração que se iniciaram, mais intensamente, a partir de 2008.

Através da metodologia qualitativa e quantitativa, foram coletadas informações sobre os modos de vida da população local e a infraestrutura que atende as demandas aos serviços e equipamentos públicos do município. Para isso, foram pesquisadas em fontes primárias e secundárias, dados socioeconômicos sobre Conceição do Mato Dentro; realizadas pesquisas de campo e entrevistas semiestruturadas com atores locais, entre agentes públicos e moradores; além da leitura de documentos oficiais que fazem parte do processo de licenciamento ambiental do projeto de mineração Minas-Rio.

Após a compilação e análise das informações, evidenciou-se, em comparação com períodos anteriores ao exercício da mineração em Conceição do Mato Dentro, situações de aumento do trânsito na cidade e nas estradas vicinais; aumento da criminalidade; elevação no custo de vida; maior procura por atendimento em todas as áreas de saúde; produção de lixo; déficit habitacional e conseqüente aumento nos valores dos imóveis e dos aluguéis; dentre outras mazelas que sobrecarregaram a infraestrutura municipal existente. Todos os dados aqui apresentados são fatos que passaram por algum registro dos órgãos públicos, portanto, os números podem ser ainda maiores se considerarmos aqueles que não são oficializados, conforme nos indicou o policial militar: “muitas ocorrências não chegam até a PM” (Entrevista realizada com o representante da PMMG, Julho de 2013).

O contraste entre um projeto da dimensão do complexo minerário Minas-Rio e os equipamentos públicos de Conceição do Mato Dentro demonstra a fragilidade e a falta de preparo prévio do município para receber um empreendimento desta magnitude. Os dados confirmam a falta de análise da viabilidade socioambiental e de planejamento para a implementação do projeto. O resultado é a adoção imediatista e desproporcional de medidas mitigadoras que se apresentam mais como medidas corretivas, dado o caráter de urgência e, portanto, tardio em que são aplicadas.

Para o Secretário Municipal de Meio Ambiente, “não há acréscimo nenhum de infraestrutura, mas sim, depreciação”, e a consequência disso é que a “população em geral, não vê o ônus como resultado do progresso e sim como falta da prefeitura” (Entrevista realizada em Julho de 2013). Sendo assim, além de provocar o aumento da demanda da infraestrutura existente, de forma repentina e desproporcional, o empreendimento imputa ao município e ao Estado, com o “aval da população”, a responsabilidade pelos transtornos, justamente porque seriam estes entes os tutores da saúde, da segurança e do planejamento territorial.

Portanto, as entidades que avaliam e que concedem as permissões para a instalação desses empreendimentos são as mesmas que depois serão acusadas, por todas as partes envolvidas na esfera do licenciamento, pela falta de avaliação técnica, de planejamento e de atuação quanto às obrigações que lhe são cabíveis. Neste sentido, a afirmação do Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico é emblemática para a questão: “o maior problema enfrentado pelo município é o buraco que existe entre os impactos do empreendimento que foram calculados/previstos, e os impactos reais” (Entrevista realizada em Julho de 2013).

Para além da incoerência entre os estudos prévios, prognósticos realizados e o que vivenciam os moradores de Conceição do Mato Dentro, a última licença ambiental, a de operação da mina, foi concedida no dia 29 de setembro de 2014. É importante ressaltar o papel das instâncias públicas administrativas, técnicas e jurídicas que deveriam, a partir do princípio da precaução, exigir o cumprimento das regras que permeiam o licenciamento ambiental, em suas etapas específicas, sem postergação de planejamento e de projetos executivos. Caso contrário, continuará recorrente a constatação de impactos socioambientais que transformam depreciativamente a organização social, política e econômica dos municípios que recebem empreendimentos desta natureza.

5. Referências bibliográficas

BECKER, L. C. & PEREIRA, D. (2011); “O Projeto Minas-Rio e o desafio do desenvolvimento territorial integrado e sustentado: a grande mina em Conceição do Mato Dentro”. In: FERNANES, F. R. C, ENRIQUEZ, M. A. R. S, & ALAMINO, R. C. J. (eds). Recursos minerais e sustentabilidade territorial, MCT-CETEM, Brasília.

FONSECA, Fernanda Ferreira da (2007). Conhecimentos e opiniões dos trabalhadores sobre o uso e abuso de álcool. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 11, n.4, dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-

81452007000400007&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 27 set. 2013.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452007000400007>.

FOUCAULT, M (1999). Em defesa da sociedade, Martins Fontes, São Paulo.

GUSTIN, Miracy (2013). “Impactos da Mineração na Região de Conceição do Mato Dentro”. In: Relatório parcial do Projeto Internacional de Pesquisa Cidade e Alteridade. Núcleo temático mineração na região de Conceição do Mato Dentro. Belo Horizonte.

IBAMA - Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (2007). Licença Prévia concedida ao Mineroduto Minas-Rio.

MALERBA, Juliana (2012). ‘Para quê um novo código mineral?’. In: MALERBA, J. (org.); MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. M.. Novo Marco Legal da Mineração no Brasil: Para quê? Para quem?, FASE, Rio de Janeiro.

MILANEZ, Bruno (2012). “O novo marco legal da mineração: contexto, mitos e riscos”. In: MALERBA, J. (org.); MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. M.. Novo Marco Legal da Mineração no Brasil: Para quê? Para quem?, FASE, Rio de Janeiro.

PEREIRA, Denise. C.; BECKER, Luzia. C. & WILDHAGEN, Raquel O. (2013). “Comunidades atingidas por mineração e violação dos direitos humanos: cenários em Conceição do Mato Dentro”. In Revista Ética e Filosofia Política. Nº 16. Volume 1. Junho de 2013.

PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais (2012). “Estudo de Situação Conjunto nº 01/2012 – 8º RISP”. In: CONSEP – Conselho Comunitário de Segurança Pública. Dossiê sobre a Segurança Pública em Conceição do Mato Dentro/MG.

RIBEIRO, Gustavo Lins (2000). Cultura e política no mundo contemporâneo: paisagens e passagens, Editora Universidade de Brasília.

SCOTT, Parry et. al. (2012). “Patrilocalidade Precarizada: Práticas parentais e gravidez na adolescência no Porto de Suape”. In: Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paisagem Humana no Norte/Nordeste: desafios e perspectivas. XV Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais-Pré-Alas, Brasil, no GT Gênero, Política, feminismos e desenvolvimento, de 04 a 07 de setembro de 2012, Teresina-PI.

SIAM - Sistema de Informação Ambiental (2013). Disponível em: http://www.siam.mg.gov.br/siam/processo/processo_emprto_emprdor.jsp. Acessado em: 05 abr. 2013.

SISEMA - Sistema Estadual de Meio Ambiente. Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. Adendo ao Parecer Único Sisema Nº 001/2008. P.A. Copam nº. 472/2007/001/2007. 2008b. Disponível em: http://200.198.22.171/down.asp?x_caminho=reunioes/sistema/arquivos/material/&x_nome=Adendo_ao_PU_Anglo_Ferrous_Minas-Rio_Minera%E7%E3o_S.A..pdf. Acessado em: 05 jul. 2010.

SISEMA - Sistema Estadual de Meio Ambiente. Parecer Único SISEMA N.º 001/2008, fls. 05, Processo COPAM N.º0472/2007/001/2007. 2008a.

WEBER, Max (2002). Ensaio de Sociologia, LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 5ª edição, Rio de Janeiro.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A (2005). “Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais”. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens & PEREIRA, Doralice (orgs). A Insustentável leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais, Autêntica, Belo Horizonte.